

# Os caminhos da historiografia educativa portuguesa: da história á educação

---

*Ernesto Candeias Martins*

## **Resumo**

Os caminhos e as tendências da historiografia educativa portuguesa, no período contemporâneo, retrace as características significativas da evolução da educação e da escola nos séculos XIX-XX. O autor realiza uma abordagem à historiografia educativa do ensino e da escola pública, cujo desenvolvimento regeu-se por três condicionalismos: o discurso legalista, político e normalista (legislação e intervenções políticas nos órgãos); a explicação pedagógica da realidade educativa; e as condições estruturais da educação e da escola oficial. As resistências às mudanças educativas ficaram marcadas pelo analfabetismo, pelos níveis percentuais de escolaridade, pelo insucesso e abandono escolar, pela formação e estatuto dos professores e, ainda pela política de centralização e descentralização do ensino.

**Palavras-Chave:** Historiografia Educativa; Escola Pública; Escolaridade e Formação de Professores.

## **Abstract**

The parts and the tendencies of Portuguese contemporary educational history show the meaningful characteristics of the evolution of education and school in the 19th/20th centuries. The author approaches the educational history of teaching and public schooling, whose development was subordinated to three constraints: the legal, political and normative speech (legislation and political speeches); the pedagogical explanation of educational reality and the structural conditions of education and public schooling. The resistance to educational changes were marked by illiteracy, the percentage levels of schooling, failure and dropout, training and status of teachers, and also by the political centralisation and decentralisation of education.

**Key-words:** Educational History; Public Schooling; Illiteracy and Training of Teachers.

A educação, a escola e o ensino (público e privado), estruturado no tempo e no espaço, leva aos historiadores mergulharem em realidades mais globalizantes e em contextos conceptuais, nem sempre acessíveis à investigação histórico-educativa. O conhecimento dessa globalidade constitui uma das condições essenciais para interpretarmos e compreendermos o papel da historiografia em cada época.

Nas últimas décadas proliferou-se em Portugal várias investigações em história da educação, a maior parte delas no cumprimento de requisitos académicos, que coincidem com o auge da história social educativa. Paralelamente o papel da Secção Portuguesa de História da Educação da SPCE, os Congressos Luso-brasileiros e os Encontros Ibéricos de História da Educação, o Instituto de História da Educação, a rede de museus pedagógicos, etc. têm permitido, tal como outros certames, seminários e reuniões científicas de iniciativa institucional (organismos públicos e privados), o intercâmbio de ideias e saberes entre os historiadores e os investigadores no âmbito da historiografia educativa contemporânea.

A renovação pedagógica nos estudos sobre história da educação e a sua crescente conexão com a história das ideias e das mentalidades, com a história das instituições, do sistema educativo português e história social, produziram investigações sistematizadoras de períodos curtos da educação e ensino em Portugal. Contudo, há necessidade de uma obra fundamental que recolha uma perspectiva geral dos processos educativos contemporâneos.

Neste período de expansão da historiografia educativa incrementou-se os estudos em várias temáticas, até então pouco abordadas, como seja o caso da (re) educação institucional da criança abandonada, delinquente ou vadia, o ensino secundário e superior, o espaço e a arquitectura escolar, as correntes e movimentos pedagógicos, a escola e o ensino público, o ensino profissional, etc. Falta aprofundar a história da educação local e/ou regional, quer institucional, quer escolar, abordando os arquivos e as fontes documentais municipais e distritais, bibliotecas públicas e privadas, monografias, etc., pois apresentam um nível histórico descritivo elevado no contexto histórico-educativo nacional (Martins, 1997).

É bem verdade que cada vez mais a produção historiográfica se inclina para os estudos diacrónicos de processos, de temáticas ou níveis de ensino ou para análises relacionais da educação (formal e não-formal) com os programas políticos, com as correntes de pensamento pedagógica, as ideias educativas, as evoluções económicas, as estatísticas escolares, as legislações e reformas educativas, a formação dos professores, etc. Há, contudo, alguns estudos descritivos (longitudinais) de políticas educativas, monografias de instituições, estatísticas escolares e biografias de períodos

temporais reduzidos. Não é habitual o aparecimento de sínteses gerais nem parciais sobre o pensamento pedagógico português, nem sínteses histórico-educativas ou do ensino, nem dicionários de pedagogia ou de ciências da educação, nem dicionários lexicais de historiografia, etc.

É bem verdade que a história da educação em Portugal demorou a reagir, em termos de investigação no campo não-formal da educação, com os colectivos marginalizados, com a prevenção e protecção social da infância, com as necessidades educativas especiais de certos colectivos, com as instituições de assistência/solidariedade social e reeducação de menores, com a animação sócio-comunitária, com a educação feminina, com a educação dos emigrantes nos países de acolhimento, com a interculturalidade e educação das minorias (ciganos), etc.

A historiografia educativa no período contemporâneo permite-nos traçar as características mais significativas da evolução e desenvolvimento da educação nos séculos XIX e XX em Portugal, não podemos afirmar o mesmo em relação à época moderna. As investigações sobre esta época são dispersos e em alguns casos restringidos a uma série de monografias e estudos gerais de diferente interesse.

Um intento de sistematização do ensino ou instrução nas distintas épocas e/ou nos diferentes níveis de ensino encontramos-lo, por exemplo, em Rómulo de Carvalho na sua obra '*História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*' (1986), D. António da Costa '*História da Instrução Popular em Portugal*' (1871), M. A. Ferreira-Deusdado '*Educadores portugueses*' (1909), F. Adolfo Coelho '*História da Instrução Popular*' (1923) e '*Para a História da Instrução Popular*' (1973), Luís Albuquerque '*Notas para a História do ensino em Portugal*' (1960), Rogério Fernandes '*O Pensamento Pedagógico em Portugal*' (1978), A. A. Banha de Andrade '*Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*' (1982), Artur Madeira Bárbara '*Subsídios para o estudo da educação em Portugal, da reforma pombalina à 1.ª República*' (1979), J. Ferreira Gomes '*A educação infantil em Portugal. Achegas para a sua história*' (1977), J. Salvado Sampaio '*Evolução do Ensino em Portugal (1940-1967)*' (2 Vol.s) (1973-74), etc.<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Há ainda obras gerais com referência ao ensino, como por exemplo as de A. José Saraiva '*História da Cultura em Portugal*' (3 Vol.s) (1950-1962), Fortunato de Almeida '*História da Igreja em Portugal*' (8 Vol.s) (1910-1924), J. Silvestre Ribeiro '*História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*' (18 Vol.s) (1871-1889), J. Pedro Ribeiro '*Dissertações cronológicas e críticas*' (5 Vol.s) (1836), Teófilo Braga '*História da Universidade de Coimbra*' (4 Vol.s) (1892-1904), Gama Barros '*História da Administração Pública em Portugal*' (11 Vol.s) (1945-1954), Francisco da Gama Caetano '*A organização do ensino em Portugal no período anterior à fundação da*

Pretendemos neste nosso estudo realizar uma aproximação à historiografia educativa contemporânea portuguesa do ensino e da escola, já que no dizer de J. Serrão (1981: 23) “*No Portugal Contemporâneo, jamais escassearam os doutrinadores capazes da definição das metas a alcançar no tocante à educação exigida e exigível por uma sociedade programaticamente aberta. Porquê essas duas linguagens – a de teorização e a da prática – se não fundiram numa só e até, no volver dos anos, se foram distanciando mais e mais*”. Esta foi e é a problemática historiográfica de fundir a teoria e a prática na interpretação dos fenómenos e ideias educativas.

Em termos historiográficos a evolução da educação, do ensino e da escola (pública e privada) regeu-se por três condicionalismos: (i)- o enunciado e discursos legislativos e políticos (reformas e projectos); (ii)- a explicação pedagógica da realidade educativa de cada época (contextos e concepções); e (iii)- as condições gerais e específicas da educação, do ensino e da escola (administração e gestão escolar, organização, currículos, espaços e arquitectura, manuais e livros de texto, metodologias, formação de professores, etc.) (Martins, 2003).

Na verdade os processos de historiografia educativa são multidimensionais e complexos com uma base interdisciplinar, através dos quais os historiadores e investigadores da educação procuram compreender, analisar e interpretar a realidade educativa e escolar, as instituições, a organização evolutiva, os níveis de ensino, a formação dos professores, as ideias pedagógicas, a política educativa de cada época, etc. Esse ‘encontro da história da educação com o pensar e o construir novas compreensões da realidade histórico-educativa proporciona-nos o diálogo interdisciplinar, útil para a apreensão dinâmica dessa realidade, onde submerge a inovação ou a renovação pedagógica (ideias, projectos, leis, métodos, intervenções, práticas, técnicas, actores, manuais escolares, etc.).

## **A historiografia educativa**

O duplo significado de ‘história’ como conhecimento ou realidade passada e como matéria (assunto) desse conhecimento, que pode ser objecto de investigação pelos historiadores, segundo os métodos e

---

*Universidade*’ (1968), J. Mattoso ‘*A Cultura Monástica em Portugal*’ (1969), J. Ferreira Gomes ‘*A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*’ (1990), etc. (Grácio, 1988; Nóvoa, 1988). Na nossa bibliografia indicamos os vários estudos ou obras representativas em história da educação nessa tentativa de sistematização.

técnicas de abordagem mais adequados, constituem formas de expressão admitidas academicamente. Por esse motivo a historiografia implica investigações sobre o passado histórico, sobre a história das teorias, dos métodos e das práticas educativas, oferecendo-nos uma narração dos dados, dos fenómenos e das conclusões dos historiadores.

Sabemos que os sistemas e as estruturas nacionais de educação têm exigências pedagógicas, oriundas do 'humus' neo-humanista e idealista alemão, que fez que a história da educação ou em alguns casos a história da pedagogia, se incorporasse nos planos de estudo da formação de professores nas escolas normais, nas escolas de magistério primário, nos cursos de ciências pedagógicas das faculdades e, recentemente, nas escolas superiores de educação.

Pouco a pouco a história da educação formou parte da pedagogia geral dos saberes sobre a educação, valorizando-se como uma fonte de reflexão e de interpretação experiencial na preparação profissional dos futuros professores. Essa pedagogização da história da educação, desde a obra de A. N. Niemeyer '*Compêndio da história geral da educação e do ensino*' (1799), que integrava os 'Princípios da educação e do ensino', permitiu-nos considerar o conhecimento do passado como uma propedêutica necessária à formação dos professores e para a construção das teorias educativas (Escolano, 1997). É bem verdade que Herbart não partilhou destas ideias, já que para ele a teoria e a prática educativa estavam sustentadas sobre a ética e a psicologia, que eram as reguladoras dos objectivos e dos meios da educação (Gomes, 1974).

Por conseguinte a historiografia pedagógica, de influência alemã, atribuía à história da educação as funções relacionadas com a teoria e prática do ensino, da formação moral e ideológica na formação dos professores, reforçando-se com o surgimento do historicismo (a história como uma ciência do idiográfico) e do idealismo (prevalência da história das ideias pedagógicas).

Posteriormente a historiografia educativa do século XIX e parte do XX caracterizou-se por discursos e abordagens ao 'histórico', dando prioridade aos seguintes aspectos: à história das ideias e das teorias pedagógicas, com influxos filosóficos; à história das ideias pedagógicas e história das instituições educativas (influxo positivista); à organização dos conteúdos à volta de figuras, pedagogistas e educadores, com um carácter sistematizador; aos relatos e narrações históricas com propósitos moralizadores e pragmáticos; e à ordenação normativa e sistemática dos conhecimentos, privilegiando os modelos descritivos e expositivos das ideias pedagógicas, dos fenómenos e práticas educativas.

No declinar do século passado a historiografia sofreu alterações teóricas e metodológicas, devido aos novos modos de construção da história geral. No dizer de A. Escolano (1997: 57) essa nova história identificava-se '*haciendo abstracción de las diferencias de escuela*', designando-se história social da educação. O 'social' está presente em todo o histórico, mas o uso desse termo teve determinados ênfases de interpretação, segundo o contexto dos discursos, das estruturas e dos efeitos produzidos na sociedade. Deste modo passamos da historiografia pedagógica tradicional, inserida no âmbito das ciências da educação, com funções formativas na preparação dos professores para uma história da educação, com uma certa independência e com um estatuto epistemológico idêntico a outras histórias especializadas, como por exemplo a do direito, da filosofia, da medicina, da física, etc.

## Os (des)caminhos historiográficos contemporâneos

Vários projectos e reformas de ensino fizeram parte da História da Educação em Portugal, desde finais do séc. XVIII. A sequência desses planos e diplomas, por vezes num ritmo alucinante, dependeu das conjunturas político-ideológicas, económicas e culturais das épocas, deixando diversos documentos de qualidade (por exemplo, a Lei Camoegas de 1923) e proclamando leis com grande alcance educativo.

Ao abordar historicamente as tendências pedagógicas, o projectos e as reformas do ensino público em Portugal, principalmente no âmbito da instrução primária, devemos alertar para o facto de que, no período liberal, os deputados procuraram, nas assembleias eleitas (após 1820), encontrar soluções eficientes para os problemas da escola pública. A isso os impelia o abandono a que fora votada a instrução pública nas décadas precedentes, exceptuando algumas tentativas inovadoras, como na época do Marquês de Pombal<sup>2</sup>.

Muitos cidadãos portugueses, animados de um idealismo nascido dos sucessos da revolução liberal, consideravam como dever cívico elementar, contribuírem com os seus pareceres para a construção das instituições. Nesta ordem de ideias apareceram propostas para reformas do ensino público, expondo-as em artigos divulgados na imprensa da época ou

---

<sup>2</sup> A acção reformadora do Marquês de Pombal alcançou o ensino primário oficial. Pela Carta de Lei de 6/11/1772, criou algumas centenas de escolas, às quais foram afectadas 479 mestres de ler, escrever e contar. As manutenções dessas escolas, mais as 47 criadas por Alvará de 11/11/1773, seriam garantidas pelo 'subsídio literário' (Lei de 10/11/1772) (Gomes, 1979, 1980).

apresentando-as em relatórios, com o aspecto de projectos formais, que enviavam para a Assembleia Constituinte ou Cortes. Esses projectos perderam-se quase sempre nos arquivos, qualificados de inúteis. Se alguns desses textos se salvaram, foi devido à impressão escrita dos seus autores, como fez Mouzinho de Albuquerque (1823) ou por alguém que fez História do Ensino no tempo do liberalismo, da 1.<sup>a</sup> República e do Estado Novo.

Se é certo que a implantação da instrução pública primária esbarrou com enormes dificuldades de todo o tipo durante os séculos XIX e XX, não é menos certo que, apesar das dolorosas vicissitudes que afectaram a vida do país, houve sempre ideias pedagógicas clarividentes que germinaram e que fizeram com que a instrução primária atingisse todas as crianças portuguesas. São de destacar no século XIX as decisões referentes à gratuitidade do ensino, à obrigatoriedade escolar, aumento da rede escolar, aos planos curriculares, métodos de ensino, à descentralização do sistema educativo, apesar da incapacidade política e económica para as concretizar.

De qualquer modo, dos textos da época liberal e republicana, é sempre possível fazer uma síntese das ideias fundamentais. Contudo, é difícil distinguir uma base de princípios comuns em que se alicerçaram todos esses planos, a despeito das ideologias diferentes, e por vezes diferenciadas, dos seus proponentes.

O abismo entre as intenções reformadoras (legislação) e a realidade educativa concreta foi o indicador comum, unido ao flagelo social do analfabetismo e à falta de uma rede escolar mais alargada e sustentada economicamente pelas autarquias (descentralização).

O sistema educativo português passou por uma construção retórica da educação, em que o Estado promulgava preceitos legais que eram difíceis de implementar. Por isso, no Século da Escola os projectos de reforma fracassaram sucessivamente desde Rodrigo da Fonseca (1835), Passos Manuel (1836) a João Camoesas (1923), levando o país a alcançar os mais baixos níveis educacionais da Europa. Décadas e décadas de falta de investimento na educação, as convulsões políticas, as cegueiras ideológicas, as crises económicas, o analfabetismo, a falta de formação de professores, o retrocesso do ensino no período salazarista (1928-1974), deixaram o país numa situação que só nas últimas décadas do séc. XX foi alterada.

A transição do séc. XIX para o XX, da Monarquia Constitucional para a 1.<sup>a</sup> República (1910-1926) foi um dos períodos mais ricos da História da Educação portuguesa. Nesse período estabeleceu-se a estrutura, que viria a influenciar o sistema educativo actual, graças à conjugação de factores sociais e políticos, a par de um movimento pedagógico produtivo e inovador e à afirmação profissional dos professores. Em termos de política educativa, destacamos a criação do Ministério da Instrução (1870) e a acção

pedagógica de vários ministros, por exemplo de D. António da Costa, que iniciou uma série de ideias reformadoras, retomadas mais tarde pelos republicanos. Assistimos a um afã reformador que ia desde a instrução primária ao ensino superior, ao ensino técnico profissional, confirmando-se a edificação do sistema educativo e da escola pública, mas que nem sempre tiveram aplicações práticas.

Apesar das contradições e incongruências, reconhecemos os esforços ao nível do ensino primário de Rodrigues Sampaio (1878-1881), João Franco (1894-1896) e Hintze Ribeiro (1901) e as reformas republicanas (1911, 1919), associado à evolução de um pensamento filosófico-pedagógico multifacetado que integrou variados contributos na análise dos fenómenos e problemas educativos. Conjugou-se a preocupação de intervenção sócio-pedagógica na política educativa com um bom conhecimento do estado da instrução no estrangeiro, produzindo-se uma reflexão de grande qualidade científico-pedagógica e metodológica. Este movimento pedagógico inovador desempenhou um papel fundamental na análise dos problemas, na tomada de consciência dos atrasos estruturais do sistema, da situação da escola pública e do ensino, lutando por uma acção mais decidida e coerente na vida educativa portuguesa.

A formação dos professores conheceu modificações neste período analisado, mas diluiu-se pouco a pouco no séc. XX. A abertura das escolas normais de Lisboa, para o sexo masculino (Marvila, 1862) e para o sexo feminino (Calvário, 1866), marcam o início oscilante da formação de professores do ensino primário, continuado com as escolas de magistério a partir de 1934.

Na verdade, a explosão do ensino normal deu-se na sequência da Reforma de Rodrigues Sampaio (1878-1881) e continuado com uma sequência de diplomas, sobretudo nas escolas de sexo feminino, o que mostra a mudança no acesso das mulheres à educação e do processo de feminização do professorado.

É digna de menção a importância do Art.º 30 da Reforma de 1901, ao mencionar que apenas '*constitui habilitação para o exercício do magistério primário a aprovação no curso das escolas normais ou de habilitação para o magistério primário*', o que mostra a intenção de formar adequadamente o professorado. Contudo, o Estado Novo não teve intenção de seguir esta ideia pedagógica e, além de mandar fechar as escolas de magistério, recruta os professores 'regentes' com poucas ou nulas habilitações para as funções educativas.

O colectivo associativo dos professores foi-se desenvolvendo ao longo dos séculos XIX e XX, com o revés, por razões nacionalistas, no salazarismo. Desde 1880, devido à solidariedade gerada nas escolas



normais, verifica-se um incremento da actividade associativa até ao início do Estado Novo. As Conferências Pedagógicas e os Congressos do Magistério Primário representam manifestações desse espírito de colectivo profissional dos professores, em torno de três reivindicações: melhoria do seu estatuto (aumento salarial, maiores qualificações académicas, condições de acesso às escolas normais, etc.); definição de uma carreira (promoção profissional, acesso à inspecção e magistério, etc.); e controlo da profissão (participação na política educativa, autonomia profissional, liberdade docente, etc.).

É plausível que o reconhecimento das nossas insuficiências na instrução pública tenha forçado o regime do Estado Novo a intensificar a política educacional, a partir de meados do séc. XX, altura em que começa a exigir um desenvolvimento económico, devido ao pretexto de integração internacional. Neste sentido, enquadrámos o modo com que os governantes encararam essa recuperação e os efeitos tardios das reformas, principalmente na instrução primária.

De facto, os aspectos da política educativa, do pensamento pedagógico, da formação de professores, do combate ao analfabetismo, do movimento associativo de professores, da escolaridade, da rede escolar pública, com a ajuda da legislação e da imprensa pedagógica (avultada produção e divulgação), são indicadores historiográficos de grande relevância que nos descrevem a dinâmica do sistema educativo ao longo dos séculos XIX e XX, e que nos permitem compreender a História da Educação portuguesa nessas épocas.

## **Tendências historiográficas contemporâneas**

Há algumas lacunas de investigação historiográfica relacionadas com o ensino, a educação e a escola pública e privada em Portugal. Uma Nação só poderá ajuizar as suas potencialidades se tiver o conhecimento histórico-educativo do modo como o ensino se ministra nela, ao longo dos séculos.

Qualquer guizo historiográfico deverá ter em consideração que a História da Educação, por um lado não se circunscreve à História do Ensino ou da Instrução (pública e privada) e às suas instituições e por outro lado nem pelo reconhecimento de que a educação, o ensino e as escolas, se articulam à História Social, à História das Mentalidades e das Ideias e ao processo evolutivo das actividades sócio-educativas e culturais.

A escola pública tem merecido certa produção e difusão de estudos histórico-educativos havendo importantes contribuições situadas em instituições universitárias e centros de investigação (Grácio, 1988).

É verdade que o movimento historiográfico português se circunscreve no pensamento pedagógico (ideias pedagógicas dos pedagogistas e educadores portugueses), aflorando certas articulações ao contexto histórico geral, às instituições escolares, à dimensão legislativa e de política educativa, de cada época.

Falamos de contribuições gerais importantes para o conhecimento das transformações historiográficas ocorridas no âmbito da educação, do ensino, da escola em histórias gerais (história e monografias da cultura, da literatura, da filosofia, do directo, da medicina, da ciência, etc.), bem como em estudos e documentos acerca da acção da Igreja, das associações e corporações (religiosas, filantrópicas, sindicais,...).

Na verdade a grande diversidade dos temas educativos coloca problemas de ordem de exposição, de investigação, nas sucessivas épocas, distinguidas na história política e cultural portuguesa, havendo descrições e interpretações contidas em histórias do movimento social, cultural, de acção voluntária, etc., e sínteses longitudinais da evolução dos diferentes níveis de ensino referidas m escola pública e privada.

Os temas historiográficos levaram os investigadores historiadores a pesquisar fontes documentais inéditas (espólios arquivísticos), em bibliotecas, em instituições escolares (F. Caeiro, Artur de Sá, J. Mattoso,...), nas Câmaras Municipais e nos centros de documentação pública e privada (Martins, 1995). Um dos temas favoritos da historiografia portuguesa tem sido as instituições de ensino (a escola) e, especialmente, a universidade (de Coimbra fixada naquela cidade em 1537) (Teófilo Braga, Lopes de Almeida, Mário Brandão, J. Ferreira Gomes, J. V. Serrão, A.J. Saraiva, Luís de Albuquerque, G. Braga da Cruz, etc.).

Por outro lado, tem aparecido bastantes estudos sobre a história da cultura, no domínio das actividades científicas, filosófico-pedagógicas, das instituições escolares e de assistência á criança, instituições político-culturais e pedagógicas, ensaiando-se problemáticas educativas e metodológicas que originam estudos e sínteses de investigação, levantamentos documentais, cronologicamente antes de metade do século XIX.

Nos finais do século XIX estamos na presença de uma perspectiva historiográfica diversa, em que se destaca os estudos de F. Adolfo Coelho. A história da educação teria como objectivo permitir o entendimento aprofundado do presente 'conhecer historicamente o passado', sob uma orientação científica, em que os factos pedagógicos tendem a ser descritos nas suas interacções com a dinâmica social. Como

dizia A. Pimentel 'Filho' (1919) a história da educação "(...) é um dos elementos indispensáveis da propedêutica pedagógica (...)".

É certo que a historiografia educativa portuguesa tende, nas primeiras décadas do século passado, a preocupar os historiadores, com certas incursões histórico-educativas (são exemplos: A. Garcia de Vasconcelos e M. Gonçalves Cerejeira, Lopes de Almeida, Mário Brandão, Fortunato de Almeida, Damião Peres, etc.). Tais investidas historiográficas tinham um alcance científico restrito. A história das instituições educativas aparecia como uma história paralela à de outros factos, com os quais, não formava um conjunto orgânico, abrangendo apenas as estruturas e ideias educacionais e desconhecendo o funcionamento escolar institucional.

Na 1.<sup>a</sup> República ganha relevo uma outra tendência nos estudos historiográficos sobre a educação, cuja finalidade formativa estava em ordem ao exercício dos profissionais docentes. Esta directiva, que abrangia os estudos de A. Pimentel 'Filho', Joaquim de Carvalho, Delfim Santos, Sílvio Pelico 'Filho', etc., apresenta mais uma pretensão de filosofia das doutrinas educativas que uma história da pedagogia.

A exclusão das temáticas relativas à centúria de Oitocentos e dos da 1.<sup>a</sup> República era um reflexo defensivo dos investigadores perante a censura ideológica no Estado Novo. A feição historiográfica distinguia-se pela tendência de estudos de instituições, biografias de pedagogos e educadores, monografias e um descritivismo erudito de vários factos pedagógicos (são exemplos: Rómulo de Carvalho, J. Ferreira Gomes, Pina e Proença, etc.).

Por outro lado, constatamos que o ensino universitário da história da educação implicou uma escassa produção científica, tal como observou R. Grácio (1988), a historiografia nacional desenvolveu-se '*à margem*' da docência, excepto os investigadores como J. Ferreira Gomes, F. Castelo-Branco, R. Ávila de Azevedo, etc., que não dispunham de condições institucionais de realização de pesquisas em história da educação. A formação (inicial) recebida pelos historiadores orientava a sua prática investigadora. Deste modo, no recenseamento historiográfico educativo entre 1945-1978, destaca-se as limitações dos ciclos cronológicos abrangidos (Grácio, 1988). Assim, até meados da década de 70 do século passado a prioridade das investigações histórico-educativas recaía em temáticas nos períodos anteriores ao séc. XX.

Foi na década de 60 do século passado que aparece, no plano doutrinário, uma tendência renovadora nas funções da história da educação em Portugal, sendo os primeiros estudos os de L. Albuquerque, Borges de Macedo, Joel Serrão e Moreira de Sá, etc., que investigam em torno das concepções pedagógicas de vários educadores, o ensino e a escola pública no

liberalismo, ensino elementar, etc. As pesquisas histórico-educativas passaram a explorar os fundos arquivísticos e documentais e as fontes impressas.

Por conseguinte, os historiadores através da história do ensino, da análise legislativa, da estatística escolar e das reformas educativas, que se encadearam, explicavam certos factos que antes pareciam imprecisos. A instrução pública passou a ser um dos temas de primeira linha, seguido do analfabetismo, do desenvolvimento do ensino feminino, do ensino liceal, do ensino técnico oficial, do ensino universitário, etc. Até 1974 a cultura estava articulada ao poder “autocrático” dominante, inspirada em valores de tradição e algumas inovações que mereceram repressões ou uma forte censura.

O escopo essencial da história da educação contribuía para a interpretação do presente (instrução nacional), mesmo sendo uma história problematizante ou descritiva, integrando vários factos e em períodos longos. Passávamos de uma história da educação a uma história da cultura. A dualidade de situações correspondia, em geral, duas correntes historiográficas que perspectivavam, de modo contraditório, o passado cultural e educativo. A contradição esbatia-se principalmente quando nos referimos a erudições de estudos que por vocação ou forçada prudência apareceram nesse período histórico anterior ao 25 de Abril de 1974.

Em relação às reformas do ensino e da escola as intenções e as práticas reformadoras (liberais e republicanas) projectaram-se em vários domínios: implantação de um regime parlamentar e de liberdades (individuais), abolição jurídica de privilégios sociais, libertação das actividades económicas, modernização do aparelho de Estado, extinção das ordens religiosas e venda dos bens eclesiásticos, elaboração de códigos civis e penais, estruturação do sistema educativo, etc.

A situação da instrução pública e da própria escola, durante o liberalismo mereceu já vários estudos, tendo em conta os momentos de avanço e de recuo nas políticas educativas e a legislação a avulsa, que **devem ser interpretados em função de factores económicos, sociais e políticos (ideológicos).**

Reconhecemos que em termos historiográficos que há necessidade de realizar estudos sobre certas temáticas educativas referentes, como por exemplo:

- Companhia de Jesus em África, Índia, Brasil, etc., com pesquisas que articulam os costumes, a cultura e as línguas locais e, ainda, da publicação de catecismos e gramáticas utilizadas no ensino daquelas gentes (escolarização da gente moça e indígena).

- História da cultura escolar colonial feita em bases científicas, que levem os investigadores a pesquisar em arquivos específicos e através de fontes diversificadas, segundo a época colonial e o tipo de contexto de cada colónia.
- Os contactos culturais com a Europa, desde a Restauração ou da independência nacional (1640), que obrigue os historiadores a realizarem estudos comparados ou de análise comparada aos sistemas educativos dos vários países e, especialmente, onde há população emigrante portuguesa, estando, assim por elaborar uma história da educação dos emigrantes unida às actividades diplomáticas. É uma das preocupações da historiografia educativa portuguesa a história do ensino dos emigrantes na Europa, em África e em outros países (Canadá, EUA, Brasil, ...).
- A acção das Ordens Religiosas/Congregações (oratorianos, salesianos, padres do espírito santo, franciscanos, 'Verbo Divino', etc.) nos diversos níveis de ensino em Portugal e principalmente nos países de expressão portuguesa, de modo a conhecermos a doutrinação e estrutura pedagógica utilizada nas instituições sob a sua tutela.
- História do ensino técnico-industrial, comercial e agrícola e história do ensino secundário e dos liceus (Cfr. A. Adão, 1982).
- Estudos histórico-educativos sistemáticos sobre a educação feminina.
- História dos movimentos associativos académicos.
- Estudo global sobre a evolução histórica do ensino superior (desde o liberalismo),
- Outras temáticas importantes como sejam: a alfabetização, a história das instituições de assistência e de reeducação de menores, a formação de professores nas escolas normais superiores e nos magistérios (Cfr. A. Nóvoa, 1987), a história da criança abandonada e inadaptada, à história da leitura e da escrita (métodos de aprendizagem: ensino mútuo, ensino de Shulte, ensino simultâneo, ensino da '*Cartilha Maternal*' de João de Deus,...), a história do ensino nos seminários portugueses, práticas pedagógicas adoptadas nas escolas oficiais; etc.

## À laia de conclusão

Não queríamos terminar sem sintetizarmos dois blocos de ideias globais sobre a historiografia educativa portuguesa, que nos parece de enorme importância. Trata-se das resistências estruturais que sofreu o ensino, a escola e o sistema educativo português em geral. Referimo-nos ao analfabetismo, aos níveis de escolaridade e aos condicionalismos dos professores e ao ideário pedagógico, no tocante à educação e à escola exigida e exigível para uma sociedade portuguesa a caminho da transformação. Devido à natureza ideológica dos assomos político-sociais instituidores do sistema de ensino e à morosidade dos ritmos com que foi posto em prática, houve entre nós uma dada funcionalidade sócio-cultural herdada do passado aristocrático e absoluto. Efectivamente, as burguesias foram trilhando os estreitos caminhos que foram capazes de abrir, adaptando-se aos novos tempos e impregnando-os, por seu turno, de alguma da sua substância educativa.

A maioria da população portuguesa (cerca de 80%) estava radicada nas zonas rurais, mantendo-se alheia, aos ritmos do progresso e das exigências educativas de formação. Na verdade, as cidades eram incapazes de fixar as pessoas que sobravam da agricultura, em virtude da conjugação de vários factores, tais como a revolução demográfica, a fragmentação da propriedade campestre, o fraco processo de industrialização, o baixo poder de compra, etc.

Neste cenário frustrante, em pinceladas largas, surpreende-nos que o sistema e a escola pública em particular, teoricamente formulado e legislado pela contemporaneidade portuguesa, não tenha sabido alterar, senão lentamente, essa funcionalidade sócio-cultural. É uma funcionalidade estrutural resistente às mudanças, devido às crises económicas, às convulsões políticas, à lenta modernização industrial e, sobretudo, aos fenómenos do analfabetismo (total), aos níveis percentuais de escolaridade (primária, secundária, técnico-profissional e superior), ao absentismo e insucesso escolar e, ainda, à formação e ao estatuto do professorado.

Eis algumas dessas resistências mais evidentes no primeiro bloco de ideias conclusivas:

(a) *Analfabetismo*. Este foi um dos flagelos sociais mais significativos na sociedade portuguesa, sendo que todos os governos, de uma maneira ou outra, intentaram combatê-lo. Com efeito, embora tenham persistido índices elevados, pelo menos, desde 1864, ano do primeiro censo, o analfabetismo foi regredindo lentamente até à década de 70 do século XIX. Por outro lado, os ritmos temporais de alfabetização foram indícios seguros do devir da sociedade global.

Em termos sintéticos, há três períodos fundamentais. O primeiro, de 1878 a 1930; o segundo, de 1930 a 1960; e o terceiro pós 1960 e 1974. Foi no Estado Novo que coube a possibilidade de retomar e de organizar, sem muita eficácia, o combate ao analfabetismo, endemia que só seria eliminada da vida sócio-cultural no pós 25 de Abril. Numa análise global à distribuição regional desses períodos de analfabetismo, depreendemos que, em torno das grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, as taxas são mais baixas que nas zonas de ruralidade e, mais elevadas na população feminina que na masculina. A incidência aumenta à medida que vamos do litoral para o interior, para o norte do Tejo e nas regiões de minifúndio e de emigração.

A persistência do analfabetismo, com as suas características próprias e o seu peso geográfico, percorre toda a contemporaneidade portuguesa, embora, em cada conjuntura, tenha assumido polémicas ideológicas. Assim, a 'escola', a 'ilustração do povo' e o 'professor' foram quase sempre carregadas de conotações ideológicas várias. Em última instância, este fenómeno subsumia-se, nos condicionalismos globais da sociedade portuguesa. As causas residiam no atraso social, económico e cultural.

(b) *Níveis de escolaridade.* O sistema educativo português contemporâneo foi muito selectivo com a passagem dos alunos dos níveis primários para os secundários, sendo destes ainda mais privilegiados os que acediam ao nível superior. A primeira selecção verificava-se ao nível do acesso à escolaridade (primária, elementar) pela diferença entre o número de alunos matriculados e os que, de facto, frequentavam esse nível de ensino (alunos escolarizáveis) e os que chegavam a realizar o exame. A segunda selecção ocorria, com mais gravidade, na passagem do ensino primário ao secundário (no arco histórico de 1864 a 1930 chegou a ser de 95,5% essa filtragem dos quantitativos escolares).

No tocante à passagem dos alunos do secundário e/ou do liceu à universidade a situação era mais marcante, sendo que o acesso aos cursos superiores diversificados, era em função das possibilidades económicas para a sua frequência. Um dos indicadores de análise nos jovens entre os 15 aos **25 anos quer fossem alfabetos ou analfabetos, era a percentagem dos que chegavam à universidade** e, ainda, teríamos que apreender as diversas pulsações regionais relativo às pirâmides escolares de cada distrito.

(c) *Professorado e os seus condicionalismos.* Em geral os professores quase não usufruíram dum estatuto sócio-económico e sócio-cultural capaz de os prestigiar e ajudar a pôr em prática os objectivos (sócio-pedagógicos) que lhes eram atribuídos e as suas funções educativas nas escolas. A condição de professor definiu-se sempre pela humildade das suas funções, pela precariedade da sua formação (deficiências de formação

inicial e actualização), vencimentos baixos, fraca preparação cultural e profissional. Portugal debateu-se, com dificuldades, na tarefa de substituir o professor tradicional, pelo mestre laico, investido com funções pedagógicas mais exigentes às épocas históricas.

Em relação ao segundo bloco de ideias referente ao ideário pedagógico, do que se foi sugerido e demonstrado no Portugal contemporâneo, importa averbar que jamais escassearam os pedagogistas, os educadores e os doutrinadores capazes de estabelecer metas, no tocante à educação ou à instrução para a sociedade portuguesa de cada época. Muitos pensadores ou pedagogistas contribuíam, ou com reflexões de escopo educativo e/ou pedagógico, ou com iniciativas de teor legislativo, educativo ou escolares, ou ainda, pautando as suas obras por propósitos pedagógicos de 'pedagogia social' ou pedagogia moderna.

Não foi por inépcia ou por desinteresse que o sistema educativo e a escola portuguesa não lograram inscrever na sua tessitura os objectivos e propósitos educativos e pedagógicos adequados. Houve certamente um desencontro de linguagem da teorização e da prática. De facto, as aspirações ideológicas dos mentores da política educativa obedeciam a imperativos que não encontravam eco na realidade. Era como se pensasse uma coisa, legislasse outra e só se pudesse fazer uma outra diferente das anteriores. Tornava-se inviável afeiçoar a escola às realidades sócio-económicas, mentais e culturais aos desígnios programático-ideológicos, impostos de fora para dentro, de alto para baixo, sem recursos às necessidades plausíveis.

Em síntese, os vários argumentos, justificativos do estado evolutivo da historiografia portuguesa e que merecem reflexão histórico-educativa, foram a nosso ver: o direito à educação: o que esperar do Estado para desenvolver e realizar o benefício da instrução nos cidadãos, e com ela o da cultura, sem a qual era impossível o progresso (moral); as crises económicas que implicara, reduções no orçamento para o ensino (despesa pública com a educação); a polémica da centralização e descentralização do sistema educativo; a (des) igualdade de tratamento e de acesso à educação **de todas as camadas sociais**; a obrigatoriedade escolar e a rede escolar; o **analfabetismo (infantil)**; o **absentismo e o insucesso escolar**; o **professorado**: a sua formação inicial e permanente (as escolas normais, as escolas do magistério primário, as escolas superiores de educação), o seu estatuto e a profissão docente; o afastamento geográfico (as assimetrias geográficas) que implicam diferença, na aprendizagem e aproveitamento dos alunos, na escola urbana e na escola rural; as instituições educativas; etc.

Com este cenário, parece-nos, poder-se-ia intentar uma história do ideário pedagógico português, no movimento pendular dos seus avanços e recuos, das dificuldades económicas e culturais, da falta de



implementação das ideias pedagógicas mais adequadas à realidade vigente de cada período histórico.

Não nos esqueçamos que as políticas educativas viveram na constante onda de preocupações, dando resposta a situações conjunturais que, com maior ou menor premência, foram exigindo decisões imediatas não sendo, muitas vezes, as mais próprias e eficazes na prática. O comprometimento com umas e outras soluções (ideológicas) imaginadas para a casuística avulsa impediu, muitas vezes, a reflexão que projectasse a educação/instrução e a escola na dinâmica de um sistema continuamente ajustado ao fluir histórico.

Reconhecemos, por vezes, uma certa incoerência interna em sucessivas reformas (sectoriais), falta de determinação em implementar projectos de lei inovadores e a possibilidade, em cada época, de encontrar uma linha de rumo que permitisse visualizar um projecto educativo mais global. É nesse contexto que deveremos analisar historicamente o ensino e a escola pública e privada. É que a história do ensino e das modalidades de educação, dos seus actores, das formas de organização escolar, dos valores e concepções pedagógicas, das interações com o movimento social contribuem para o conhecimento e debate crítico do presente, o que implica a iluminação de outras áreas do saber e de reflexão para os estudos historiográficos portugueses.

A historiografia contemporânea pode dar contributos decisivos para a História da educação, sobretudo na perspectiva das teorias culturais (críticas), da história intelectual, da história social e história das mentalidades e das ideias. Para tal, os historiadores e investigadores em educação deverão adoptar uma nova atitude frente à (nova) agenda de investigação histórico-educativa no tempo, no espaço e na acção histórica.

## **Referências**

ADÃO, Aérea (1982). *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica (1836-1860)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / FCG

ADÃO, Aúrea (1984). *O estatuto socio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / FCG

BASTOS, F. J. Teixeira (1892). *Ideias Geraes sobre a evolução da Pedagogia em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra

- BRANDÃO, Mário (1983). *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*. Coimbra: Atlântida
- CANDEIAS, António (1987). 'As escolas operárias portuguesas do 1.º quarto do século XX e a Escola-Oficina n.º 1' – Esboço de análise duma escola alternativa'. *Análise Psicológica*, V (3), pp. 327-362 e 387-412
- CANDEIAS António (1994). *Educar de outra forma. A Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação educacional
- ESCOLANO, Agustín (1997). 'La historiografía educativa. Tendencias generales'. In Narciso de Gabriel y A. Viñao Frago (ed.s), *La Investigación histórico-educativa*, (pp. 51-84). Barcelona: Ed. Ronsel
- FERNANDES, Rogério (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / FCG
- FERNANDES, Rogério (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / FCG
- FERREIRA-DEUSDADO, M.A. (1909). *Educadores portugueses*. Coimbra: França Amado
- GOMES, J. Ferreira (1974). 'Acerca de J.F. Herbart e da sua pedagogia geral'. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIX, pp. 87-113
- GOMES, J. Ferreira (1977). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Liv. Almedina
- GOMES, J. Ferreira (1995). *Para a História da Educação em Portugal*. Porto: Porto Editora
- GOMES, J. Ferreira; Fernandes, Rogério e Grácio, Rui (1988). *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte
- GRÁCIO, Rui (1988). 'História da história da educação em Portugal'. In J. Ferreira Gomes, R. Fernandes e R. Grácio, *História da Educação em Portugal*, (pp. 19-66). Lisboa: Livros Horizonte
- MAGALHÃES, Justino (1996). 'Linhas de investigação em História da educação e de alfabetização em Portugal – um Domínio do Conhecimento em Renovação'. In *Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - 'História, Sociedade e Educação no Brasil'* (pp. 55-67). Campinas: UNICAMP - FE
- MAGALHÃES, Justino (1998). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Univ. do Minho – Instituto de Educação e Psicologia /Centro de Estudos em Educação e Psicologia

MARTINS, Ernesto C. (1997). *As fontes documentais: Análise da vida quotidiana e elementos para a história social e educativa*. Santarém: Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância

MARTINS, Ernesto C. (2003). 'Itinerário da escola pública em Portugal (séculos XIX-XX). Um olhar histórico à escola primária elementar'. (Comunicação). *Actas del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana* – Paineil 'Historiografia e História da escola pública Iberoamericana' (S. Luís de Potosí – México de 19 a 23 de Maio). S. Luís de Potosí: Publ. do Colégio de S. Luís de Potosí

MÓNICA, M.<sup>a</sup> Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (a escola primária salazarista: 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença

MOREIRINHAS PINHEIRO, J.E. (1995). *Elementos para o estudo da Escola Normal primária de Lisboa*. Lisboa: Publ. Escola Superior de Educação de Lisboa

NÓVOA, António (1987). *Le temps des professeurs – Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-Xxe siècle)*. Lisboa: INIC

NÓVOA, António (1988). 'A História do ensino primário em Portugal: balanço da investigação realizada nas últimas décadas'. In *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal*, (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

NÓVOA, António (1992). 'Para uma análise das instituições escolares'. In A. Nóvoa (coord.), *As Organizações escolares em análise*, (pp. 13-43). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional

NÓVOA, António (Org.) (1993). *Os professores e as reformas de ensino. Na viragem do século (1886-1906)*. Porto: Edições ASA

NÓVOA, António (1994). *História da Educação (Provas de Agregação)*. Lisboa: Univ. de Lisboa / Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

PELICO [Filho], Sílvio (1923). *História da Instrução Popular em Portugal*. Lisboa/Porto/Coimbra: Lumen / Empresa Internacional Editora

PIMENTEL [Filho], A. (1919). *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação*. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup>

PINTASSILGO, J. (1996). *A educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926)*. 2 Vol.s (Tese de Doutoramento). Salamanca: Universidad de Salamanca / Facultad de Educación

SAMPAIO, J. Salgado (1975-77). O ensino primário 1911-1969 – Contribuição monográfica. 3 Vol.s. Lisboa: FCG – Instituto de Cultura Portuguesa / Centro de Investigação pedagógica

SARMENTO, J. E. Moraes (1892). *As escolas regimentaes em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional

SERRÃO, Joel (1981). 'Estrutura social, ideologias e sistema de ensino'. In *Sistema de Ensino em Portugal*. (pp. 17- 46). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

TEODORO, António (1996). 'Sete reflexões sobre as raízes do atraso educativo português'. *Educação e Ensino*, 13 (8), pp. 27-29

TORGAL, L. Reis e VARGUES, Isabel (1984). *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora

VALENTE, V. Polido (1973). *O Estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais

VALENTE, V. Polido (1984). *Uma educação burguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ernesto Candeias Martins é licenciado em Filosofia e em Ciências da Educação, Mestre em Educação pela Univ. Católica Portuguesa (Lisboa) e doutor em Teoria e História da Educação pela Universidade das Ilhas Baleares (Palma de Maiorca – Espanha), exercendo actualmente o cargo de Subdirector da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal).

Data de recebimento: 30 de junho de 2003

Data de aprovação: 15 de outubro de 2003